

LÓGICAS DE RECRUTAMENTO PARLAMENTAR

Os deputados portugueses, 1975-1999

André Freire

Resumo Neste artigo, aplica-se o modelo teórico de Pierre Bourdieu para a análise do campo político ao estudo dos parlamentares portugueses. Pretende-se aferir da existência de lógicas de recrutamento político diferenciadas, através da análise dos diferentes tipos de capitais mobilizados pelos deputados, consoante o diverso posicionamento dos partidos no espectro ideológico. A análise empírica estende-se da Assembleia Constituinte, em 1975, até às eleições legislativas de Outubro de 1995, inclusive.

Palavras-chave campo político; recrutamento político-parlamentar; capitais.

Introdução

Através da análise das características sociodemográficas e sociopolíticas dos parlamentares dos diferentes partidos portugueses, procuramos aplicar o modelo teórico de Pierre Bourdieu para a análise do campo político.

Pretende-se aferir da existência de lógicas de recrutamento político diferenciadas, através da análise dos diferentes tipos de capitais mobilizados pelos deputados, consoante o diverso posicionamento dos partidos no espectro ideológico e/ou as suas diferentes ligações (preferenciais) ao tecido socioeconómico. De idêntico modo, intenta-se aferir se o capital político constitui (ou não) um elemento diferenciador dos vários partidos, quanto à selecção dos seus deputados.

Começamos por um breve apanhado das diferentes perspectivas teóricas que têm sido utilizadas para o estudo das elites político-parlamentares, para nos situarmos quanto ao modelo de análise a usar neste estudo.

A análise empírica vai da eleição para a Assembleia Constituinte, em 1975, até às eleições legislativas de Outubro de 1995, inclusive. Nesta matéria, foi preciso tomar diferentes opções metodológicas, nomeadamente:

- em primeiro lugar, dada a enorme substituição de deputados em cada Legislatura, foi preciso definir o(s) universo(s) que iríamos efectivamente considerar, contudo, o reduzido espaço deste artigo não permite a explicitação de tal processo;¹
- por outro lado, privilegiámos uma perspectiva diacrónica, analisando apenas os partidos que se mantêm ao longo de toda a série temporal, em detrimento dos pequenos partidos com aparições ocasionais na arena parlamentar e mesmo do PRD.

Problemáticas no estudo dos parlamentares

O estudo das elites políticas em geral e dos parlamentares em particular, tem sido realizado a partir de diferentes problemáticas teóricas,² de que destacamos três tradições conceituais distintas.

Uma primeira abordagem situa-se numa perspectiva que poderíamos designar como *análise institucional*.³ Esta linha entronca na tradição dos sociólogos clássicos Émile Durkheim e Max Weber, assim como na de teóricos do desenvolvimento político, tal como Samuel Huntington.

Exemplo da aplicação deste quadro teórico é o estudo realizado por Manuel Braga da Cruz sobre o parlamento português —1976 a 1987. Parte-se das definições de Durkheim e Weber do conceito de institucionalização, nas quais ela é entendida quer como “crescente autonomia normativa das relações sociais”, quer como aumento da profissionalização, resultante da “complexificação burocrática das estruturas e funções sociais”,⁴ respectivamente. Nessa esteira, pretende-se aferir do grau de autonomia alcançado pelo parlamento face aos partidos que o integram e lhe estão na génese, assim como do grau de profissionalização da função parlamentar.

Quanto às relações entre parlamento e partidos, o autor analisa questões tais como quem controla a apresentação de candidatos ao sufrágio, qual o grau de controlo dos partidos sobre os grupos parlamentares e destes sobre os deputados, etc. Essa análise leva o autor a concluir da “partidarização parlamentar”,⁵ ou seja, da fraca autonomização do parlamento português face aos partidos e, nessa medida, da fraca institucionalização do mesmo.

Quanto à profissionalização, vários são os indicadores utilizados: a percentagem de deputados reeleitos de Legislatura para Legislatura; as alterações quanto ao lugar da função parlamentar na carreira política dos indivíduos; o grau de centralidade alcançado pelo parlamento face às organizações de interesses; as transformações quanto à especialização técnica e política dos deputados, ao longo das várias Legislaturas.

Neste aspecto, o autor conclui pela “parlamentarização partidária”, ou seja, pelo aumento da institucionalização do parlamento, resultante do crescendo de profissionalização e especialização dos parlamentares, assim como do aumento do grau de centralidade da função parlamentar na actividade partidária.⁶

Este estudo tem, na nossa perspectiva, uma certa limitação, que de algum modo decorre da perspectiva teórica utilizada. A ênfase na análise do parlamento enquanto instituição, sobre a qual se pretende aferir do grau de autonomização e profissionalização, leva a uma certa subalternização da diferenciação partidária, mesmo no que àquelas duas dimensões se refere.

Uma outra abordagem filia-se nas *teorias das elites*,⁷ cujos alicerces fundadores foram estabelecidos por Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Roberto Michels⁸ e o seu traço fundamental de união caracteriza-se pela tese da independência ou autonomia da elite política face ao resto da população.⁹ Sustenta-se a perspectiva da separação entre governantes e governados e a existência de uma camada particular de pessoas que constituem a elite, formando uma oligarquia pouco numerosa e com características próprias.¹⁰

Neste contexto, cumpre referir o trabalho pioneiro de Vinício Alves da Costa e Sousa —1976 a 1983—,¹¹ que se filia nesta tradição. Efectua-se uma caracterização dos deputados, por partido político, em termos de sexo, idade, profissão, classe social, número de mandatos que cumpriu, etc. e, por vezes, numa comparação de certas características socioeconómicas dos deputados (classe social) com as da população em geral.

Nas conclusões, assinala-se que há “uma grande predominância de intelectuais e quadros (...), uma percentagem considerável de funcionários e empregados (...),” e “uma percentagem reduzida de trabalhadores proletarizados (...)”¹² e que “Os partidos políticos com assento parlamentar obedecem todos, com excepção do Partido Comunista Português, ao padrão determinado”.¹³ Quanto à idade, o autor regista um aumento médio da “1.^a” para a “2^a A. R.,” e uma ligeira descida entre a “3.^a” e a “4^a A. R.”. No que diz respeito ao sexo, constata-se a forte sub-representação das mulheres, presente em todos os partidos, embora menos acentuada no PCP.¹⁴

Tem sido objectado às teorias das elites o facto de “reduzirem a história a uma luta entre os que estão no poder e os que, despojados dele, pretendem tomar o lugar dos primeiros, utilizando, através de falaciosas promessas, o “resto da população”. Donde, são criticadas por efectuarem uma absorção do social pelo político. Por outro lado, a ênfase na dominação dos dirigidos pelos dirigentes, impede a análise das relações entre uns e outros, relações essas que fundam o poder dos segundos sobre os primeiros, na medida em que são capazes de dar resposta “às necessidades e solicitações dos segundos”.¹⁵

Uma terceira perspectiva teórica é aplicada ao estudo dos parlamentares franceses no trabalho de Daniel Gaxie.¹⁶ Este autor segue a teorização desenvolvida por Pierre Bourdieu,¹⁷ que poderíamos designar como *teoria do campo* (social, político, etc.).

Em primeiro lugar, este modelo afirma-se em oposição às teorias das elites, na medida em que se perspectiva contra a naturalização da divisão do trabalho político entre os “agentes politicamente activos” e os “agentes politicamente passivos”, considerando necessária a análise das determinantes económicas e sociais que fundamentam essa divisão.¹⁸

Por outro lado, a quase total autonomia do político face ao social é aqui superada pela consideração de que “(...) os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele (*campo político*) por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações.”¹⁹

A determinação do social pelo político é, no entanto, relativa, na medida em que “(...) os discursos políticos produzidos pelos profissionais são sempre duplamente determinados e afectados de uma duplicidade (...) que resulta da dualidade dos campos de referência e da necessidade de servir ao mesmo tempo os fins esotéricos das lutas internas e os fins exotéricos das lutas externas.”²⁰ Quer dizer, para compreender o discurso e a acção dos agentes no campo político, não basta aferir das determinações externas, é necessário discernir, também, o conjunto de

regras específicas para o funcionamento do campo, assim como as posições relativas dos agentes nele situados.

Do que se trata é de aplicar, através de homologias, a concepção do espaço (campo) social ao campo político, tendo presente, precisamente, a autonomia relativa do campo. A teoria do espaço social²¹ concebe-o como estando submetido a dois princípios fundamentais de estruturação: o volume de capital (económico e cultural) possuído pelos actores sociais e a estrutura desse capital, ou seja, a parte relativa de capital económico (rendimentos, património, etc.) e de capital cultural (diplomas, consumos culturais, etc.).²² A definição dos lugares de classe depende do volume de capital, enquanto que a estrutura do capital permite determinar as fracções de classe. Assim, no seio das classes superiores e das classes médias, Bourdieu distingue dois pólos: um intelectual, dominado, onde há uma predominância do capital cultural sobre o capital económico; outro económico, dominante, onde a predominância é do capital económico sobre o capital cultural. Podem ainda determinar-se posições intermédias entre estes dois pólos.²³

Aplicando este modelo à análise do campo político, na linha desenvolvida por Gaxie para estudo dos parlamentares franceses entre 1945 e 1978,²⁴ procuramos analisar de que modo se traduzem no domínio político as oposições e lutas entre dominantes e dominados, que é possível encontrar no espaço social, quer quanto ao volume, quer quanto à estrutura do capital. Nesta linha, procuramos evidenciar não só a diferencial representação partidária dos vários grupos sociodemográficos (sexuais, etários) e socioeconómicos (nível de instrução, origem socioprofissional), mas também a diferenciação partidária na representação das diferentes fracções dos grupos social e economicamente mais favorecidos (áreas de estudos, origem socioprofissional).

Ainda de acordo com esta teorização, os agentes do campo político podem distinguir-se de acordo com o tipo ou tipos de capital político que predominantemente mobilizam. Esse conceito é entendido no sentido de que "(...) o homem político deve a sua autoridade específica no campo político — aquilo a que a linguagem nativa chama o seu 'peso específico' — à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso de lutas passadas (...)."²⁵ Assim, procuramos evidenciar alguns dos tipos de capital social e político que os parlamentares dos diferentes partidos mobilizam (organizações cívicas em que participam ou participaram, cargos nas organizações de interesses, nas organizações partidárias e, ainda, ao nível do próprio poder político — Governo nacional, regional e local e Assembleias Representativas, nacional, regionais ou locais).

Diferenciação sociodemográfica dos parlamentares dos vários partidos

Diferenciação sexual dos deputados

Entre a Constituinte e a Legislatura 1985-87, quanto ao conjunto dos deputados, a percentagem de mulheres eleitas varia entre os 5% e os 8% (quadro 1).

A partir de 1987-91, há uma ligeira e consistente subida dessa percentagem, que irá situar-se num valor sempre igual ou superior a 10% e que, em 1995-99, é 5% acima do maior valor para o período anterior.

Embora seja possível aceitar que estamos perante uma evolução não meramente conjuntural, afirmação que carece, contudo, de confirmação, através da análise de posteriores Legislativas, deve realçar-se que, de qualquer modo, o passo é extremamente curto dada a manutenção de uma forte sub-representação parlamentar das mulheres.

Em termos de diferenciação partidária, a sub-representação parlamentar das mulheres é sempre menos acentuada no PCP (e coligações por ele lideradas). O PS tem, a este respeito, valores muito irregulares ao longo do tempo, com percentagens ora iguais ora abaixo das do conjunto dos deputados (salvo em 1987). Neste caso, o PS assemelha-se ao PSD. No extremo contrário ao PCP, encontramos o CDS, com percentagens de eleitas sistematicamente menores que as que se referem ao total dos parlamentares. Mais, as mulheres estão totalmente ausentes entre as Legislativas iniciadas em 1983 e 1991. Deve realçar-se que este padrão só se altera quando o novel CDS/PP se candidata como tal às Legislativas de 1995. Curiosamente, regista-se nesta Legistatura uma aproximação entre PP e PCP (20% e 21% de deputadas, respectivamente).

Uma explicação possível para esta grande alteração é a de uma tentativa, por parte desta direita refundada, de tomar como suas algumas das bandeiras anteriormente mais ligadas à esquerda, como sejam a da promoção da igualdade de oportunidades entre os sexos, através da integração de mais candidatas a deputadas em lugares elegíveis. Outra possibilidade é a de um mero acidente na escolha das personalidades mais adequadas, leia-se mediáticas, para concorrerem às eleições — por acaso, mulheres?... A análise de futuras legislaturas poderá esclarecer melhor este assunto.

Diferenciação etária dos deputados

A média de idades do conjunto dos parlamentares evoluiu de 42 anos, na Assembleia Constituinte, para 44 anos, na VII Legistatura, data em que se regista uma descida face ao período imediatamente anterior (quadro 2). A evolução descen-dente do coeficiente de variação²⁶ revela-nos que vem descendo a dispersão de idades dos parlamentares em torno do valor médio e que, portanto, este se vem revelando cada vez mais uma boa medida de síntese das características da distribuição.

Em termos partidários, o PPD/PSD revela-se, ao longo das várias Legislativas analisadas, o partido com o padrão mais consistente: sempre com valores etários médios mais baixos que o conjunto dos deputados, salvo na actual Legistatura. No caso do CDS e PCP mais aliados, registam-se quase sempre valores médios superiores ou pelo menos iguais aos dos restantes parlamentares. No caso do PCP e aliados, isso só não se verifica em 1979 e 1987. Para o CDS, isso só não é verdadeiro na Constituinte e na actual Legistatura, sendo que, nesta última, a alteração completa que se verifica só é compreensível à luz da renovação da elite

Quadro 1 Sexo dos deputados, da Constituinte à VII Legislatura (em percentagem)

Partidos	Assembleia Constituinte				I Legislatura 1976-1979				I Legislatura 1979-1980			
	H	M	Total	n	H	M	Total	n	H	M	Total	n
CDS	94	6	100	16	98	2	100	42	95	5	100	43
PCP/APU(1)	87	13	100	30	88	12	100	42	85	15	100	48
PPD/PSD	94	6	100	81	97	3	100	73	91	9	100	75
PS/FRS(2)	92	8	100	116	94	6	100	126	95	5	100	74
Outros(3)	100	0	100	7	100	0	100	1	100	0	100	11
Conj. dep.	92	8	100	250	95	5	100	284	92	8	100	251
	II Legislatura 1980-1983				III Legislatura 1983-1985				IV Legislatura 1985-1987			
	H	M	Total	n	H	M	Total	n	H	M	Total	n
CDS	92	8	100	51	100	0	100	31	100	0	100	22
APU(4)	85	15	100	41	83	17	100	46	82	18	100	38
PSD	90	10	100	89	93	7	100	76	94	6	100	88
PS/FRS(5)	97	3	100	74	98	2	100	103	98	2	100	57
PRD(6)	—	—	—	—	—	—	—	—	93	7	100	45
Outros(7)	100	0	100	8	—	—	—	—	—	—	—	—
Conj. dep.	92	8	100	263	93	7	100	256	94	6	100	250
	V Legislatura 1987-1991				VI Legislatura 1991-1995				VII Legislatura 1995-1999			
	H	M	Total	n	H	M	Total	n	H	M	Total	n
CDS/PP(8)	100	0	100	4	100	0	100	5	80	20	100	15
CDU(9)	84	16	100	31	82	18	100	17	79	21	100	14
PSD	92	8	100	148	90	10	100	135	89	11	100	85
PRD(6)	86	14	100	7	—	—	—	—	—	—	—	—
PS	87	13	100	60	90	10	100	72	87	13	100	112
PSN(10)	—	—	—	—	100	0	100	1	—	—	—	—
Conj. dep.	90	10	100	250	90	10	100	230	87	13	100	226

Notas: (1) APU (PCP e MDP/CDE) só 79-83; (2) FRS (PS, ASDI, UEDS e independentes) só 80-83; (3) Outros: ADIM, MDP/CDE e UDP (75-76), UDP (76-79), PPM, Reformadores e UDP (79-80); (4) APU, PCP e MDP/CDE (80/83), PCP, MDP/CDE e MEP-“Os Verdes” (83-85), PCP e MDP/CDE (85-87); (5) FRS, PS, ASDI, UEDS, independentes (80-83), PS inclui 5 deputados da UEDS e 3 da ASDI (83-85); (6) PRD não obteve mandatos parlamentares na VI Legislatura e nem sequer concorreu nas II, III e VII; (7) II Legislatura PPM e UDP. III e IV Legislaturas não houve outros partidos com mandatos parlamentares para além dos referenciados; (8) CDS/PP (só 95/99); (9) CDU, PCP e MEP/PV (87-95) /PCP e PV (95-99); (10) PSN não concorreu na V Legislatura e na VII não obteve qualquer mandato.

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelo *Arquivo Histórico Parlamentar* (75-76); Costa e Sousa, Vinício, *Caracterização da Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Instituto Damião de Góis, 1984, (policopiado) (76-85); Assembleia da República — *Biografias dos Deputados*, Divisão de Edições, 1990 (87-91) e 1993 (91-95); Fichas dos deputados fornecidas pelo *Serviços de Apoio ao Plenário* (faltavam 4 fichas, uma do PCP/CDU e três do PPD/PSD).

Quadro 2 Idade dos deputados da Constituinte à VII Legislatura (médias)

Partidos	Assembleia Constituinte		I Legislatura 1976-1979		I Legislatura 1979-1980	
	Média	n	Média	n	Média	n
CDS	41	16	40	42	44	43
PCP(1)	44	30	43	42	43	44
PPD/PSD	41	78	39	73	41	75
PS	42	114	40	126	45	74
Conj. dep.	42	238	40	283	44	236
	II Legislatura 1980-1983		III Legislatura 1983-1985		IV Legislatura 1985-1987	
	Média	n	Média	n	Média	n(6)
CDS	44	51	45	31	47	—
APU/PCP(2)	44	38	45	46	48	—
PPD/PSD	41	89	41	76	42	—
PS(3)	45	66	44	103	44	—
PRD(4)	—	—	—	—	43	—
Conj. dep.(5)	44	244	44	256	44	—
	V Legislatura 1987-1991		VI Legislatura 1991-1995		VII Legislatura 1995-1999	
	Média	n	Média	n	Média	n
CDS/PP(7)	54	4	53	5	37	15
CDU(8)	42	30	47	17	44	14
PPD/PSD	43	144	43	135	45	84
PRD(4)	52	6	—	—	—	—
PS	44	59	47	72	45	112
Conj. dep.	44	243	45	229	44	225

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelo *Arquivo Histórico Parlamentar* (75-76); Costa e Sousa, Vinício, *Caracterização da Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Instituto Damião de Góis, 1984, (policopiado) (76-85); Cruz, Manuel Braga da, "Sobre o parlamento português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária", *Análise Social*, n.º 100, Lisboa, 1988 (85-87); Assembleia da República, *Biografias dos Deputados*, Divisão de Edições, 1990, (87-91) e 1993 (91-95); Fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (faltavam 4 fichas, uma do PCP/CDU e três do PPD/PSD) (95-99).

Notas: (1) Em 1979, o PCP concorreu coligado na APU. Contudo, estes dados referem-se só ao PCP; (2) Em 1980-83 e 1985-87, só PCP; APU: PCP, MDP/CDE e MEP-"Os Verdes" (83-85); (3) PS: inclui deputados da ASDI e UEDS (83-85); (4) PRD não concorreu na II, III e VII e na VI não obteve qualquer mandato; (5) Em 1985-87, inclui também MDP/CDE; (6) Não mencionado; (7) CDS/PP, só a partir de 1995-99; (8) CDU: PCP e MEP/PV (87-95); PCP e PEV (95-99).

dirigente do partido, fruto da passagem de CDS a CDS/PP, tornando-o no partido mais jovem da Assembleia. Quanto ao partido socialista, apresenta médias etárias iguais às do total dos parlamentares ou apenas um ano acima da média (salvo em 1991).

Portanto, regista-se um envelhecimento progressivo dos parlamentares ao longo das várias Legislaturas analisadas, facto que, combinado com o aumento lento e irregular, mas progressivo, da reeleição de deputados²⁷ remete para um aumento da profissionalização dos mesmos. Este processo tem sido mais acentuado nos pequenos partidos, em que a respectiva dimensão impede grandes renovações e, nesta medida, acarreta menor entrada de novos deputados por via de vitórias eleitorais que transformem radicalmente a dimensão do grupo parlamentar. O maior envelhecimento no grupo parlamentar do CDS registou-se quando este partido sofreu as maiores perdas eleitorais (1987-1991 e 1991-1995), que implicaram forte contracção do número de parlamentares e, portanto, apenas ficaram os "veteranos" do partido. O grande rejuvenescimento dos deputados deste partido verifica-se quando da alteração na sua estrutura dirigente, com a passagem de CDS a CDS/PP. O abrandamento do envelhecimento no PCP e aliados, a partir de 1987-1991, ainda que irregular, poderá também estar ligado a uma renovação da estrutura dirigente deste partido, que se processou a partir do XII Congresso do partido, em 1988.²⁸

Diferenciação do capital escolar dos parlamentares dos vários partidos

Níveis de instrução dos deputados

Em termos do conjunto dos deputados, verifica-se que, ao longo de todo o período, os parlamentares que têm, no máximo, instrução secundária completa, passam de cerca de 38% (Constituinte) para cerca de 25% (VII Legislatura). Contudo, temos de registar que, neste conjunto, estão incluídos indivíduos que frequentaram o sistema de ensino universitário: 9% e 13% do total de deputados, respectivamente, sendo estes últimos maioritários, a partir da VI Legislatura (quadros 3 a 5).

Os parlamentares com ensino universitário concluído, passam de 62% do total para 75%, respectivamente na Constituinte e VII Legislatura. Os deputados que pelo menos frequentaram ou frequentam²⁹ cursos de pós-graduação, mestrado ou doutoramento passaram de 7% para 16%, respectivamente para cada uma das eleições referidas.

Portanto, cada vez mais se verifica que quanto maior o volume de capital escolar possuído maior é a probabilidade de aceder à carreira parlamentar, sobretudo em termos da divisão ensino universitário/ensino não universitário. Esta evolução retrata, também, uma forte evolução da especialização técnica da função parlamentar.

Em termos de diferenciação partidária, se considerarmos apenas os indivíduos com ensino universitário concluído, verifica-se que o PCP, ou coligações por ele lideradas, tem até 1987-91, exclusive, uma maioria de deputados sem qualquer grau universitário concluído, embora a evolução até aí tenha sido no sentido da

Quadro 3 Nível de instrução dos deputados, Assembleia Constituinte (em percentagem)

Instrução	CDS	PCP	PSD	PS	Conj. dep.(1)
Até preparatório	0	54	8	8	12
5.º a 7.º ano / equivalente	0	25	17	18	17
Frequência universitária	0	4	6	15	9
Bacharel	25	4	3	10	8
Licenciado	56	14	54	47	47
Mestrando	19	0	13	3	7
Total	100	100	100	100	100
n	16	28	78	113	241

Fonte: fichas dos deputados fornecidas pelo *Arquivo Histórico Parlamentar e Azevedo, Cândido, Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan, eds. 1989 e 1994.

Notas: (1) Inclui um deputado da ADIM e cinco do MDP/CDE.

Quadro 4 Níveis de instrução dos deputados, I a III Legislaturas (em percentagem)

Instrução	I Legislatura 1976-79	II Legislatura 1980-83	III Legislatura 1983-85
Primária	6,8	4,9	4,2
Secundária	12,5	9,2	9,2
Média	15,3	13,0	14,2
Superior	63,1	72,1	71,1
Sem dados	2,3	0,8	1,2
Total(1)	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cruz, Manuel Braga da, "Sobre o parlamento português: partidização parlamentar e parlamentarização partidária", *Análise Social*, n.º 100, Lisboa, 1988.

Nota: (1) Valores absolutos não mencionados.

diminuição do peso dos parlamentares menos escolarizados. A partir dessa data, vai-se invertendo a situação, com os universitários em clara maioria, cada vez mais pronunciada. Na actual Legislatura (1995-99), regista-se, pela primeira vez, no seio deste subconjunto, o surgimento de parlamentares com estudos académicos após a licenciatura e, nesse período, os universitários têm praticamente o mesmo peso que no PS. Mais uma vez, estaremos perante o resultado da renovação do pessoal dirigente do PCP, processada a partir do XII Congresso, e com especial impacto no processo de recrutamento do pessoal parlamentar.

No caso do CDS, a situação é inversa, mas com contornos ainda mais pronunciados. Regista-se uma quase completa ausência de parlamentares sem estudos universitários concluídos, salvo na IV e VII Legislaturas. Contudo, os

Quadro 5 Níveis de instrução dos deputados, IV à VII Legislaturas (em percentagem)

Instrução	IV Legislatura 1985-87						V Legislatura 1987-91					
	CDS	APU	PSD	PRD	PS	Total (2)	CDS	CDU	PSD	PRD	PS	Total (2)
Até 11.º/12.º ano(1)	9	46	2	0	14	11	0	33	14	17	17	17
Frequência universitária	0	9	7	9	4	7	0	13	11	0	8	10
Bacharel	5	6	12	7	6	8	0	7	13	33	12	12
Licenciado	62	39	63	70	64	61	25	47	51	33	47	49
≥ Mestrando	24	0	16	14	12	13	75	0	11	17	17	12
Total(3)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n	21	33	84	44	50	232	4	30	143	6	60	243
	VI Legislatura 1991-95					VII Legislatura 1995-99						
	CDS	CDU	PSD	PS	Total (2)	PP	CDU	PSD	PS	Total (2)		
Até 11.º/12.º ano(1)	0	23	7	8	8	0	14	4	19	12		
Frequência universitária	0	12	10	7	9	7	21	9	16	13		
Bacharel	0	12	13	7	11	0	0	8	5	5		
Licenciado	60	53	56	54	55	80	50	59	47	54		
≥ Mestrando(4)	40	0	14	24	17	13	14	20	13	16		
Total(3)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
n	5	17	135	72	230	15	14	85	112	226		

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (85-87 e 95-99); Assembleia da República, *Biografias dos Deputados*, Divisão de Edições, 1990 e 1993 (87-91 e 91-95); Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan, eds. 1989 e 1994 (85-99); para 1995-99 os *Serviços de Apoio ao Plenário* não forneceram 4 fichas, uma do PCP/CDU e três do PPD/PSD. APU: PCP e MDP/CDE (85-87); CDU: PCP e MEP/PV (87-91); CDU: PCP e MEP/PV (91-95) e PCP e PEV (91-95).

Notas: (1) Em 1985-1987, só "até ao 11.º Ano", na Legislatura seguinte é "Até ao 12.º Ano"; (2) Conjunto dos deputados. Em 1991-95, inclui um deputado do PSN; (3) Devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa; (4) Em 1995-99, apenas existiam deputados com grau de Mestre ou considerado equivalente.

dados da V e VI Legislaturas têm de ser compreendidos à luz da forte contracção do grupo parlamentar deste partido.³⁰ Mas, mesmo na IV e VII Legislaturas, o peso dos deputados nestas condições não chega nunca a 10% do respectivo grupo parlamentar e, na actual Legislatura, esses deputados chegaram a frequentar o ensino universitário. Por outro lado, no seio do respectivo grupo parlamentar, o peso dos indivíduos com estudos académicos após a licenciatura é, salvo na actual Legislatura, o maior face a todos os outros partidos. Esta alteração da posição relativa do CDS estará ligada à renovação e rejuvenescimento dos seus dirigentes, com a passagem a PP.

O PSD e o PS registam alguma semelhança quanto ao nível de instrução dos respectivos deputados. De facto, em ambos é largamente minoritário o subconjunto dos deputados sem título universitário. No grupo parlamentar socialista esses deputados registam um peso idêntico e, por vezes, relativamente maior, face aos sociais-democratas. Dos períodos que analisamos, constata-se que essa diferença

é maior naqueles em que os socialistas são o maior partido da Assembleia (Constituinte e 1995-99) ou em que a vitória social-democrata não é absoluta (1985-87). Por outro lado, apesar de se ter vindo a verificar uma descida, ainda que irregular, do peso dos parlamentares nestas condições, no seio de cada um dos grupos políticos, na actual Legislatura, os deputados socialistas nestas condições atingem 35% do respectivo total, valor próximo dos cerca de 41% na Constituinte.

Uma interpretação possível para estas diferenças entre PS e PSD seria o facto de que quando os socialistas são maioritários na Assembleia e, portanto, libertam deputados de primeira linha para o executivo (no caso da Constituinte, para os governos provisórios), a entrada de deputados de segunda linha torna mais evidente o peso relativo que têm nesse partido as elites menos munidas de capital escolar. Ao contrário do PSD, mesmo quando há uma contracção na dimensão do grupo parlamentar socialista, os deputados com menos recursos escolares têm pelo menos um volume idêntico ao dos correspondentes parlamentares sociais-democratas no respectivo grupo parlamentar. Quando o PSD é minoritário na Assembleia (Constituinte e 1995-99), ou quando a maioria não é muito alargada (1985-87), no conjunto dos que acedem a deputados, têm menor peso os indivíduos com menos recursos escolares, face ao que se passa no PS. Só quando a maioria PSD é de maior dimensão (1987-91 e 1991-95), se regista uma maior similitude do peso dos deputados com estas características em cada um dos grupos parlamentares. Para comprovação mais completa desta hipótese explicativa, seria importante analisar os dados para as Legislaturas em falta.

Quanto ao peso dos indivíduos com escolaridade universitária, as diferenças entre PSD e PS são a contraparte das enunciadas atrás. Para além disso, o peso dos parlamentares com estudos após a licenciatura começa por ser maior no grupo parlamentar social-democrata do que no grupo parlamentar socialista, invertendo-se essa posição na V e VI Legislaturas, e sendo retomada a diferença inicial na VII Legislatura.³¹ Os bachareis é que vêm perdendo peso no PS relativamente ao que se passa no PSD.

Portanto, verifica-se uma maior clivagem entre os partidos mais próximos dos extremos do espectro ideológico, em termos dos recursos escolares dos respectivos deputados. Assim, os indivíduos com menos recursos escolares estão largamente mais representados no PCP e aliados do que no CDS e CDS/PP.

Os partidos do centro ideológico estão muito próximos nesta matéria, com clara prevalência, em ambos os grupos parlamentares, dos deputados com mais recursos escolares. Contudo, uma análise mais fina, revela um maior pendor dos socialistas face aos sociais-democratas para terem maior representação no respectivo grupo parlamentar dos indivíduos com menores recursos escolares, especialmente quando a conjuntura eleitoral foi menos favorável aos segundos.

Áreas de estudos universitários dos deputados

Para o conjunto dos deputados, e no que diz respeito ao conjunto de Legislaturas analisadas, as áreas de estudos universitários com maior peso são o Direito, as Engenharias, a Economia e as Letras. Se o Direito tem sempre uma posição

Quadro 6 Áreas de estudos universitários dos deputados, Assembleia Constituinte (em percentagem)

Área de estudos	CDS	PCP	PSD	PS	Total(1)
Magistério/outros	0	0	3	6	4
Letras	6	17	3	17	11
Economia/outros	0	33	12	7	9
Ciências sociais e políticas	6	0	7	2	4
Engenharia/outros	56	33	14	19	22
Medicina	6	0	8	6	6
Direito	13	17	51	39	40
Outras	13	0	2	4	4
Total	100	100	100	100	100
n	16	6	59	84	171

Fonte: fichas dos deputados fornecidas pelo *Arquivo Histórico Parlamentar*, Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan, eds. 1989 e 1994.

Notas: (1) Conjunto dos deputados. Inclui um deputado da ADIM e cinco do MDP/CDE.

largamente maioritária, as outras três áreas têm posições relativas, entre si, mais irregulares. Esta prevalência do Direito estará ligada ao facto de nos situarmos numa instituição em que um dos pilares fundamentais é, precisamente, a produção legislativa, para além das qualidades de tribunos que geralmente são reconhecidas aos profissionais desta área e que, em si mesmas, representam, também, uma mais-valia numa instituição tribunícia como é o parlamento (quadros 6 e 7).

Por outro lado, em termos de evolução do peso relativo de cada uma das quatro áreas referidas, regista-se um aumento regular dos deputados com estudos na área da Economia (salvo em 1987-1991) a par de uma certa diminuição do peso relativo dos parlamentares da área das Engenharias. No caso das Letras, apesar de irregular, a sua evolução vai no sentido da permanência, em termos do peso relativo no conjunto dos parlamentares com estudos universitários. Quanto ao Direito, a evolução do seu peso não é regular, apesar de uma certa descida que se verifica entre a Constituinte e a VII Legislatura.

Em termos de diferenciação partidária, de realçar que, salvo na Constituinte (CDS) e na VII Legislatura (PS), o peso dos indivíduos com estudos na área do Direito é maior nos partidos de direita (PSD e CDS), do que nos partidos de esquerda (PS e PCP).

Conforme já se referiu, as Letras têm, também, um peso não negligenciável no conjunto dos deputados. Mas, sobretudo, têm um peso muito diferenciado consoante a posição ideológica dos partidos. Regista-se um peso relativo assinalável em toda a esquerda (PCP e aliados e PS), excepto na VI Legislatura (só PS). À direita, as Letras têm um peso claramente reduzido (salvo no PSD, em 1991-95) ou até inexistente (CDS e CDS/PP, entre 1987-91 e 1995-99).

Quadro 7 Áreas de estudos universitários dos deputados, IV à VII Legislaturas (em percentagem)

Área de Estudos	IV Legislatura 1985-87						V Legislatura 1987-91					
	CDS	APU	PSD	PRD	PS	Total	CDS	CDU	PSD	PRD	PS	Total
Magistério/outros	0	6	6	0	2	3	0	5	6	0	4	5
Letras	5	17	6	14	18	11	0	15	7	0	20	11
Economia/outros(1)	5	33	17	18	7	16	0	20	9	20	10	10
Ciências sociais e políticas	5	0	5	9	7	6	0	5	9	0	8	8
Engenharia/outros	16	11	19	27	25	21	0	10	21	20	20	19
Medicina/vet.(2)	5	0	4	9	7	5	0	20	6	0	6	7
Direito	63	22	43	18	34	36	100	25	42	40	26	37
Outras	0	11	0	5	0	2	0	0	0	20	6	2
Total(3)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n	19	18	82	44	44	207	4	20	123	5	50	202
Área de Estudos	VI Legislatura 1991-95					VII Legislatura 1995-99						
	CDS	CDU	PSD	PS	Total(4)	PP	CDU	PSD	PS	Total		
Magistério/outros	0	8	6	1	4	0	0	4	2	2		
Letras	0	8	12	21	14	0	25	5	14	10		
Economia/outros	0	23	17	14	16	7	25	24	13	18		
Ciências sociais e políticas	0	15	7	11	9	7	17	10	7	9		
Engenharia/outros	20	8	14	20	16	7	0	12	16	13		
Medicina	0	0	4	6	4	0	0	7	8	7		
Direito	80	31	38	24	34	79	33	34	36	38		
Outras	0	8	2	3	3	0	0	4	4	3		
Total(4)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
n	5	13	125	66	210	14	12	82	90	198		

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (85-87); Assembleia da República. *Biografias dos Deputados*, Divisão de Edições, 1990 e 1993 (87-91 e 91-95); Fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (faltavam 4 fichas, uma do PCP/CDU e três do PPD/PSD) (95-99); Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan, eds. 1989 e 1994 (85-99). APU: PCP e MDP/CDE (85-87); CDU: PCP e MEP/PV (87-91); CDU: PCP e MEP/PV (91-95) e PCP e PEV (95-99).

Notas: (1) Na Legislatura 1987-1991, inclui apenas cursos de economia/gestão; (2) Só em 1985-1987 é que inclui Veterinária; (3) Devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa; (4) Inclui um deputado do PSN.

Apesar das semelhanças entre os deputados dos vários partidos, existe alguma diferenciação entre a esquerda (PCP e aliados e PS) e a direita (CDS ou CDS/PP e PSD). Por um lado, a preponderância do peso relativo dos deputados com estudos universitários na área do Direito é maior no seio dos grupos parlamentares do segundo conjunto. Por outro lado, os parlamentares com estudos na área das Letras têm um peso claramente maior nos grupos parlamentares da esquerda do que nos da direita, nalguns casos até inexistente.

Quadro 8 Profissão anterior dos deputados, Assembleia Constituinte (em percentagem)

Profissão	CDS	PCP	PSD	PS	Total(1)
Dirigentes da função pública	6	0	3	3	2
Dirigentes partidos	0	17	0	1	2
Dirigentes empresas	44	0	13	12	13
Engenheiros/arquitectos	13	3	4	4	5
Médicos	6	0	5	3	3
Docentes	6	9	19	18	17
Economistas/outros	0	0	6	1	2
Advogados/juristas	6	3	27	20	20
Autores/jornalistas	0	0	0	6	3
Técnicos intermédios	6	3	5	10	7
Empregados administrativos	0	10	6	10	8
Trabalhadores da indúst./agric.(2)	0	52	8	8	12
Outros	13	0	4	4	5
Total(3)	100	100	100	100	100
n	16	29	77	114	242

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelo *Arquivo Histórico Parlamentar*, Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan, eds. 1989 e 1994.

Notas: (1) Inclui empregados indiferenciados do sector terciário; (2) Inclui Conservadores de Museu, Filólogos, Ministro do Culto, Oficiais das FA, Estudantes e Domésticas; (3) Conjunto dos deputados. Inclui um deputado da ADIM e cinco do MDP/CDE.

Nesta medida, em termos de estrutura do capital, a esquerda evidencia uma posição dominada no seio dos grupos dominantes. Quer dizer, apesar de o volume de capital escolar poder ser igualmente elevado, os cursos universitários da área do Direito, face aos de Letras, têm um potencial de rentabilização económica, no mercado de trabalho, claramente superior. Nessa medida, os seus possuidores têm uma clara supremacia relativa.

Diferenciação do capital socioprofissional dos parlamentares dos vários partidos

No conjunto dos parlamentares, em termos do padrão global de evolução, alguns grupos socioprofissionais vêm ganhando relevo.³² (quadros 8, 9 e 10)

Os dirigentes de empresas e os docentes universitários³³ viram o seu peso aumentar, ao longo da série temporal analisada, ainda que de forma não regular.

Os advogados/juristas, apesar de manterem o primeiro lugar ou o segundo lugar (apenas em 1991-95), têm visto decrescer o seu peso relativo. Há um cresci-

mento da respectiva percentagem, até 1980-83. Da II para III Legislatura, regista-se um decréscimo de cerca de 10%, mantendo-se, daí em diante, o seu peso na casa dos 21-22%.

Se considerarmos em bloco, por um lado, os dirigentes da função pública e os dirigentes empresariais e, por outro lado, os docentes, estes dois novos conjuntos repartem, entre si, a partir da IV Legislatura em diante, sempre a primeira e a segunda posição. Portanto, os grupos profissionais com funções dirigentes e intelectuais (ainda que internamente diferenciados) têm um claro predomínio em termos de representação parlamentar.

Os técnicos intermédios e empregados, apesar de manterem uma posição relativa apreciável, reduzem o seu peso ao longo do período — de 15%, na Constituinte, a 12% na actual Legislatura (VII) —, embora evidenciando uma evolução muito irregular.

A presença de indivíduos classificados como trabalhadores da indústria e agricultura — grosso modo, os operários industriais e agrícolas —, tem vindo a descer de forma extremamente pronunciada, especialmente a partir da IV Legislatura, desaparecendo completamente na VII.³⁴

Portanto, a probabilidade de acesso à carreira parlamentar vem-se tornando cada vez mais favorável aos grupos socioprofissionais com responsabilidades dirigentes e aos docentes, especialmente os do ensino universitário. A profissão de advogado/jurista continua, também, claramente favorecida, ainda que em recuo face à proeminência registada nas primeiras Legislaturas. Os indivíduos com posições socioprofissionais associadas a volume intermédio de recursos (em capital económico, organizacional e escolar), tais como os técnicos intermédios e os empregados, vêem as suas probabilidades de acesso diminuídas ao longo do período. Nos grupos profissionais com o mais baixo nível de recursos, caso dos trabalhadores da indústria e agricultura, que, inicialmente, tinham uma probabilidade de acesso não negligenciável, essa diminuição é brutal. Em termos da diferenciação partidária, são de realçar alguns padrões evolutivos.

A forte componente operária dos parlamentares comunistas e seus aliados mantém-se, ainda que descendente, até à IV Legislatura, data a partir da qual esse grupo profissional deixa de ter grande relevo no seio deste grupo político. Portanto, as camadas profissionais com menor volume de recursos estão sobretudo presentes nesse grupo político que vai, todavia, perdendo esse traço distintivo.³⁵

A presença dos grupos profissionais com um volume intermédio de recursos (técnicos intermédios e/ou empregados) é, regra geral, maior nos partidos de esquerda, do que nos da direita. Contudo, até à III Legislatura, o respectivo peso é muito irregular no seio dos socialistas, estando estreitamente ligado à oscilação dos resultados eleitorais/parlamentares do partido.³⁶ A partir de 1985-87, o padrão é mais regular, com estas camadas profissionais sempre mais representadas no PS do que no PSD. A esquerda comunista, excluindo o período que vai da III à V Legislatura, tem também um expressivo peso parlamentar dos grupos com este volume intermédio de recursos. É no CDS que os indivíduos com estas características têm as suas menores percentagens, salvo na IV Legislatura, em que estão à frente do PCP e aliados.

Quadro 9 Profissão anterior dos deputados, I à III Legislaturas (em percentagem)

Profissão	I Legislatura 1976-79					I Legislatura 1979-80				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total(5)	CDS	PCP	PSD	PS	Total(5)
Funcionários partidários	0	7	0	0	1	0	7	0	0	1
Gestores/empresários	7	0	5	6	5	14	0	7	4	6
Engenheiros/arquitectos	17	7	12	16	14	14	7	9	22	14
Médicos/veterinários	7	2	5	3	4	14	2	9	4	7
Docentes	2	7	10	14	10	9	7	10	13	12
Economistas/outras	0	2	7	3	3	2	7	7	3	4
Advogados/juristas	31	7	37	19	24	37	11	33	35	31
Autores/jornalistas	0	2	0	6	3	0	0	1	5	2
Empregados(1)	2	17	10	17	13	0	16	17	4	9
Trab. ind./agric.(2)	0	45	3	9	12	0	39	0	3	7
Outros(3)	34	2	11	7	12	9	5	7	7	7
Total(4)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n	42	42	73	126	284	43	44	75	74	251

Profissão	II Legislatura 1980-83					III Legislatura 1983-85				
	CDS	APU	PSD	FRS	Total (10)	CDS	APU	PSD	PS(11)	Total (12)
Funcionários partidários	0	5	0	0	1	0	7	0	0	1
Gestores/empresários	6	0	8	2	5	7	0	5	7	5
Engenheiros/arquitectos	12	7	9	19	12	16	7	9	12	11
Médicos/veterinários	8	2	3	4	4	3	2	5	8	6
Docentes	8	12	11	13	11	3	13	17	18	15
Economistas/outras	8	2	9	4	6	7	9	7	2	5
Advogados/juristas	40	12	30	39	32	48	11	28	16	22
Autores/jornalistas(6)	0	0	1	3	1	0	2	1	4	2
Empregados(7)	6	15	15	4	10	7	7	14	20	16
Trab. ind./agric.(8)	2	44	0	1	7	0	35	0	2	7
Outros(9)	12	0	13	11	11	10	2	15	10	10
Total(4)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n	51	41	89	74	263	31	46	76	103	256

Fonte: Costa e Sousa, Víncio. *Caracterização da Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Instituto Damião de Góis, 1984, (policopiado). APU: PCP e MDP/CDE (80-85); FRS: PS, ASDI, UEDS, independentes (80-83).

Notas: (1) Empregados de escritórios e serviços, bancos, comércio; (2) Inclui, em 1976-79, "Pescadores e marítimos" e, em 1979-80, só "Pescadores"; (3) Inclui "Conservador de Museu", "Sociólogos e téc. serv. soc.", "Funcionários públicos", "Estudantes", "Oficiais das F. A." e "Outros"; (4) Devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa; (5) Conjunto dos deputados. Em 1976-80, inclui UDP e, em 1979-80, PPM com Reformadores e MDP/CDE; (6) Em 1983-85, só Jornalistas; (7) Empregados de escritórios e serviços, bancos, comércio e seguros (estes últimos só em 1983-85); (8) Inclui "Pescadores"; (9) Inclui "Conservador de Museu" (só 1980-83), "Sociólogos e téc. serv. soc.", "Funcionários públicos", "Estudantes", "Oficiais das Forças Armadas" (só 1980-83) e "Outros"; (10) Conjunto dos Deputados. Inclui PPM e UDP (80-83); (11) Inclui, para além do PS, cinco deputados da UEDS e três da ASDI; (12) Conjunto dos deputados.

Quadro 10 Profissão anterior dos deputados, IV à VII Legislaturas (em percentagem)

Profissão	IV Legislatura 1985-87						V Legislatura 1987-91					
	CDS	APU	PSD	PRD	PS	Total (4)	CDS	CDU	PSD	PRD	PS	Total (4)
Dirigentes da função pública	0	0	7	2	8	5	0	3	10	0	5	8
Dirigentes de partidos	0	25	0	0	0	4	0	13	0	0	0	2
Dirigentes de empresas	20	11	22	23	24	21	0	7	20	33	12	16
Engenheiros/arquitectos	5	3	4	9	0	4	0	3	3	0	5	3
Médicos/veterinários	5	0	2	7	2	3	0	10	1	0	2	2
Docentes	30	20	24	23	30	25	50	26	18	17	28	22
Economistas/outs	0	8	1	5	0	3	0	7	3	0	3	3
Advogados/juristas	35	8	28	14	20	21	50	13	25	33	17	22
Autores/jornalistas	0	0	0	5	4	2	0	0	1	17	3	2
Técnicos intermédios	5	3	4	2	0	3	0	7	7	0	8	7
Empregados administrativos	0	0	4	0	12	4	0	0	6	0	12	6
Trabalhadores ind./agric.(1)	0	19	0	0	0	3	0	10	1	0	2	2
Outros(2)	0	3	5	9	0	4	0	0	4	0	3	3
Total(3)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n	20	36	83	43	50	232	4	30	143	6	60	243

Profissão	VI Legislatura 1991-95					VII Legislatura 1995-99				
	CDS	CDU	PSD	PS	Total(7)	PP	CDU	PSD	PS	Total(7)
Dirigentes da função pública	0	0	7	6	6	0	0	19	3	8
Dirigentes de partidos	0	18	0	0	1	0	7	0	0	0
Dirigentes de empresas	20	0	25	22	22	33	7	15	11	14
Engenheiros/arquitectos(5)	0	0	2	3	2	0	0	5	5	4
Médicos/veterinários	0	0	2	0	1	0	0	2	2	2
Docentes	60	6	26	35	28	20	7	23	28	25
Economistas/outs	0	18	4	1	4	0	21	5	3	4
Advogados/juristas	20	18	23	14	20	40	21	19	19	21
Autores/jornalistas	0	6	0	1	1	7	7	0	3	2
Técnicos intermédios	0	12	3	10	6	0	7	2	12	7
Empregados administrativos	0	0	1	3	2	0	7	2	7	5
Trabalhadores ind./agric.(1)	0	12	0	0	1	0	0	0	0	0
Outros(6)	0	12	6	6	6	0	14	7	8	8
Total(3)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n	5	17	135	72	230	15	14	85	110	224

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (85-87); Assembleia da República, *Biografias dos Deputados*, Divisão de Edições, 1990 e 1993 (87-91 e 91-95). Fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (faltavam 4 fichas, uma do PCP/CDU e três do PPD/PSD) (95-99); Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan, eds. 1989 e 1994 (85-99). APU: PCP e MDP/CDE (85-87); CDU: PCP e MEP/PV (87-91); CDU: PCP e MEP/PV (91-95); PCP e PEV (91-95).

Notas: (1) só inclui trabalhadores agrícolas em 1985-87; (2) inclui Oficiais das Forças Armadas, Especialistas em funções administrativas e comerciais, bibliotecários, sociólogos, ministros do culto e estudantes, para o período 1985-87, e apenas estes dois últimos mais um Biólogo, para a Legislatura 1987-91; (3) devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa; (4) conjunto dos deputados; (5) só inclui Arquitectos na Legislatura 1995-99; (6) inclui Inspectores de ensino, Especialistas de assuntos do pessoal e do trabalho social (só em 1995-99), Ministros do culto, outras profissões intelectuais e científicas, Oficiais das Forças Armadas e estudantes; (7) conjunto dos deputados. Em 1991-95, inclui um deputado do PSN.

No que se refere à estrutura do capital, regista-se que nas categorias socio-profissionais de nível superior (em termos de volume de recursos) há algumas diferenciações entre esquerda e direita, embora por vezes não oponham todos os partidos que integram cada um dos blocos ideológicos.

Em geral, os grupos profissionais mais próximos do pólo económico (advogados/juristas e dirigentes de empresas) estão mais bem representados nos partidos situados na ala direita do espectro ideológico.

Para os advogados/juristas, essa tendência só não é regular, no que respeita aos socialistas, até à III Legislatura. As duas últimas Legislaturas (VI e VII) são as únicas em que o PCP e aliados não são o grupo político que regista menor peso relativo de advogados/juristas, reflectindo, muito provavelmente, a renovação do respectivo pessoal dirigente, que se processa, sobretudo, a partir do XII Congresso comunista. De realçar que, nesses dois últimos períodos, a CDU fica mesmo à frente do PS (VI e VII) e do PSD (VII).

De idêntico modo, até 1985-87 e no que se refere aos dirigentes empresariais e gestores/empresários, a demarcação referida entre os socialistas e a direita nem sempre se verifica. Contudo, a partir da V Legislatura em diante, no PS têm sempre menor peso os dirigentes empresariais (face ao PSD). Nesta matéria, PCP e aliados diferenciam-se clara e constantemente da direita parlamentar.

Pelo contrário, na esquerda socialista regista-se maior peso relativo dos grupos socioprofissionais mais próximos do pólo cultural (pessoal docente tomado no seu conjunto e, a partir da IV Legislatura, especialmente docentes universitários). Este padrão é, sobretudo, consistente face aos sociais-democratas, dado que o CDS tem, a partir de 1985-87, forte percentagem de docentes universitários.³⁷ Os comunistas revelam um padrão demasiado irregular para que se possa definir claramente o seu posicionamento.

Nos socialistas, a propensão para ter maior percentagem de grupos profissionais próximos do pólo cultural é também visível no que diz respeito aos autores/jornalistas.³⁸ Nesta matéria, comunistas e aliados assemelham-se aos socialistas. O CDS/PP (1995-99) constitui o único caso desviante, nesta matéria. Mais uma vez, a renovação do partido levou à integração de inúmeras figuras públicas do jornalismo entre os candidatos (e, depois, eleitos) a deputados.³⁹

Diferenciação do capital social dos parlamentares dos vários partidos

Deputados com cargos em organizações de interesses

Para o conjunto dos parlamentares, regista-se, nas três primeiras Legislaturas, uma tendência para o crescimento do peso percentual daqueles que tinham, no início da eleição, ou que tinham tido antes, cargos em organizações de interesses. Nos períodos que tratamos em primeira mão, apesar de o padrão não ser regular, há a realçar uma ligeira subida do peso percentual dos parlamentares com cargos nessas organizações, da IV para a VII Legislatura. Assim, para qualquer dos dois

períodos, tomados de per se, regista-se uma tendência para o crescimento do peso relativo dos deputados nestas condições.⁴⁰

As organizações em que os parlamentares mais desempenham, ou desempenharam, cargos são os sindicatos e as ordens profissionais. A terceira posição, inicialmente pertencente às cooperativas, vai sendo ocupada, a partir da IV Legislatura, pelas organizações patronais.

Em termos de diferenciação partidária, a grande clivagem é entre as duas formações políticas cuja posição no espectro ideológico é mais próxima dos extremos.

Quanto às associações patronais, a clivagem esquerda-direita é praticamente completa, com um crescendo de parlamentares, que ocuparam ou ocupam cargos em tais instituições, consoante se vai de um pólo ao outro. Há um aumento do peso relativo dos deputados com esta característica, quando se passa do PCP e aliados e PS, para o PSD e CDS. No PS, só há parlamentares nestas condições na VI e VII Legislaturas, facto que evidencia uma pequena viragem dos socialistas nesta matéria. Neste aspecto há, ao longo de todo o período, um claro afastamento entre socialistas e sociais-democratas.

Quanto ao peso percentual dos parlamentares que detêm ou detiveram cargos nas organizações sindicais, o *continuum* é no sentido contrário, indo de um máximo no partido mais à esquerda a um mínimo no partido mais à direita, tendo o PS e o PSD a segunda e terceira posições, respectivamente.⁴¹

Esta análise evidencia que, por um lado, a centralidade do Parlamento para as organizações de interesses não perde terreno, pois há um crescimento do peso percentual daqueles que detêm ou detiveram cargos em tais organizações. Dado tanto mais relevante, quanto se poderia pensar que a institucionalização dos acordos de Concertação Social, a partir de 1986,⁴² concederia uma maior centralidade ao poder executivo, face ao legislativo,⁴³ na relação com este tipo de associações, originando uma menor canalização de redes de relações entre elas e o parlamento, nomeadamente através dos deputados.

Por outro lado, existe clara diferenciação entre esquerda e direita, quanto ao tipo de organizações de interesses com as quais os vários partidos políticos têm maior propensão a estabelecer relações, dado que contraria a tese da separação entre elites e massa, traço central das teorias das elites. Dito de outro modo, o capital social mobilizado pelos parlamentares dos diversos partidos é claramente diverso, consoante a posição relativa destes no espectro ideológico.

A existência de deputados com cargos em ordens profissionais é elemento distintivo do PS e do PSD, estando tal traço completamente ausente dos outros dois partidos: PCP e aliados e CDS.

Participação dos deputados em organizações cívicas

Em termos do conjunto dos parlamentares, regista-se que tem vindo a crescer, ainda que irregularmente, a percentagem dos que participam ou participaram neste tipo de instituições. Na Constituinte e na IV Legislatura eram minoritários, mas daí em diante estão sempre em maioria ou quase (VII Legislatura).

Quadro 11 Deputados com cargos em organizações de interesses, Assembleia Constituinte (em percentagem)

Organizações de interesses	CDS	PCP	PSD	PS	Total(1)
Patronal	6	0	1	0	1
Cooperativas	0	0	0	3	2
Ordem Profissional	0	0	2	7	4
Sindical	0	10	5	9	7
Nenhuma	94	90	91	81	86
Total(2)	100	100	100	100	100
n	16	30	78	114	244

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelo *Arquivo Histórico Parlamentar*, Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan, eds. 1989 e 1994.

Notas: (1) conjunto dos deputados. Inclui um deputado da ADIM e cinco do MDP/CDE, (2) devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa.

Quadro 12 Deputados com cargos em organizações de interesses, da I à III Legislaturas (em percentagem)

Cargos	Legislaturas(1)		
	I: 1976-80	II: 1980-83	III: 1983-85
Com cargos antes da eleição	0,8	1,8	2,5
Com cargos no início da eleição	1,5	2,8	3,2

Fonte: Cruz, Manuel Braga da, "Sobre o parlamento português: partidização parlamentar e parlamentarização partidária", *Análise Social*, n.º 100, Lisboa, 1988.

Nota: (1) n não mencionado.

Globalmente, regista-se que os maiores níveis de participação dos deputados se dão em várias associações ao mesmo tempo, ou seja, incluem, para cada parlamentar, uma participação simultânea em vários tipos de organizações.

Em termos da participação em apenas um ou dois tipos de associações, destacam-se, em regra, as de tipo Cívico-Político, Académico e Académico/Cívico-Político, sendo que a segunda categoria, de *per se*, vem ganhando cada vez maior relevo, sobretudo a partir de 1987-91.

No que concerne à diferenciação partidária, regista-se que a percentagem de parlamentares que participam ou participaram neste tipo de organizações é quase sempre maior nos partidos parlamentares situados à esquerda (PC e aliados e PS). Este padrão só não se verifica em 1991-95, em que o maior nível de participação se regista no CDS,⁴⁴ e em 1995-99, Legislatura na qual os sociais-democratas têm maior nível de participação que qualquer dos partidos da ala esquerda.

Quadro 13 Deputados com cargos em organizações de interesses, da IV à VII Legislaturas (em percentagem)

Organizações de interesses	IV Legislatura 1985-87						V Legislatura 1987-91					
	CDS	APU	PSD	PRD	PS	Total (1)	CDS	CDU	PSD	PRD	PS	Total (1)
Patronal	9	0	4	2	0	3	25	0	4	0	0	3
Cooperativas	0	0	1	0	0	0	0	7	2	0	0	2
Ordem profissional	0	0	6	2	6	4	0	0	6	17	7	6
Sindical	0	9	7	5	10	7	0	23	16	17	19	18
Nenhuma	91	91	82	91	84	86	75	70	71	67	75	71
Total(2)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n	21	35	85	44	49	234	4	30	140	6	59	239

Organizações de interesses	VI Legislatura 1991-95					VII Legislatura 1995-99				
	CDS	CDU	PSD	PS	Total(1)	PP	CDU	PSD	PS	Total(1)
Patronal	0	0	4	1	3	7	0	6	2	4
Cooperativas	0	6	3	1	3	0	7	2	1	2
Ordem profissional	0	0	6	1	4	0	0	1	4	2
Sindical	0	23	9	10	10	0	21	11	8	9
Nenhuma	100	71	78	86	81	93	72	80	85	83
Total(2)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n	5	17	135	72	230	15	14	85	110	224

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (85-87); Assembleia da República, *Biografias dos Deputados*, Divisão de Edições, 1990 e 1993 (87-91 e 91-95). Fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (faltavam 4 fichas, uma do PCP/CDU e três do PPD/PSD) (95-99). Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan, eds. 1989 e 1994 (85-99). APU: PCP e MDP/CDE (85-87); CDU: PCP e MEP/PV (87-91); CDU: PCP e MEP/PV (91-95) e PCP e PEV (91-95).

Notas: (1) conjunto dos deputados. Em 1991-99, inclui um deputado do PSN; (2) devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa.

Se adicionarmos os primeiros quatro tipos de organizações cívicas⁴⁵ e os três⁴⁶ ou quatro⁴⁷ tipos seguintes,⁴⁸ verificamos que o peso relativo da participação no segundo conjunto face ao primeiro, no seio de cada grupo parlamentar, é sempre maior no PCP e aliados e no PS, do que nos partidos de direita. Aliás, regista-se, regra geral,⁴⁹ um *continuum*, com as maiores diferenças, entre a participação num bloco face ao outro, nos comunistas e aliados, seguidos dos socialistas, dos sociais democratas e dos centristas.

Salienta-se, ainda, que a participação exclusiva em organizações académicas, tem sempre maior peso relativo no PSD. Neste particular, verifica-se que os comunistas e seus aliados têm vindo a subir, ultrapassando inclusive o PS. O rejuvenescimento do Partido Popular (CDS/PP), estará, tal como no caso do partido mais à esquerda, porventura, relacionado com o avanço nesta matéria.

Portanto, por um lado, podemos dizer que os maiores níveis de participação cívica dos parlamentares dos partidos da ala esquerda do espectro ideológico,

Quadro 14 Participação dos deputados em organizações cívicas, Assembleia Constituinte (em percentagem)

Organizações cívicas	CDS	PCP	PSD	PS	Total(2)
Recreativas/culturais	0	0	3	1	1
Desportivas	0	0	3	0	1
Religiosas/Solidariedade Social	0	0	0	2	1
Rec./Cult./Des./Rel./S.S.	0	0	1	3	2
Académicas	0	0	3	0	1
Cívico-políticas	0	17	5	8	9
Acad./Cp./Rec./Des./S.S.	6	10	5	14	10
Nenhuma	94	73	81	73	76
Total(1)	100	100	100	100	100
n	16	30	78	114	244

Fonte: fichas dos deputados fornecidas pelo *Arquivo Histórico Parlamentar* (75-76).

Notas: (1) devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa; (2) conjunto dos deputados. Inclui um parlamentar da ADIM e cinco do MDP/CDE.

serão explicáveis por um maior empenhamento e participação social que, geralmente, caracteriza os indivíduos de esquerda. As ideologias de esquerda dão, comparativamente, muito maior ênfase à transformação da sociedade, implicando, por parte dos seus adeptos, uma maior participação cívica.

Por outro lado, verificou-se, quanto ao tipo de associações, uma maior propensão dos parlamentares dos partidos de esquerda a participarem nas de caráter cívico-político, face à respectiva participação em instituições de caráter meramente lúdico, religioso ou assistencialista. Este dado será explicável por três ordens de factores:

- em primeiro lugar, porque nas organizações de tipo cívico-político incluímos todos os movimentos oposicionistas ao Estado Novo nos quais houve, claramente, maior participação dos parlamentares dos partidos de esquerda;
- em segundo lugar, porque aquele dado remete, mais uma vez, para o carácter das ideologias de esquerda, em que a política é encarada num sentido mais globalizante, ou seja, abrangendo praticamente todos os aspectos da vida social, donde a participação cívica dos indivíduos de esquerda terá uma maior propensão a registar traços políticos;
- por último, porque na classificação do tipo de organizações supra-referido incluem-se alguns movimentos sociais (de defesa de minorias, de igualdade entre os sexos, etc.), cujas causas têm estado mais associadas à esquerda (“velha” ou “nova”) do que à direita.

Quadro 15 Participação dos deputados em organizações cívicas, IV à VII Legislaturas (em percentagem)

Organizações cívicas	IV Legislatura 1985-87						V Legislatura 1987-91					
	CDS	APU	PSD	PRD	PS	Total (3)	CDS	CDU	PSD	PRD	PS	Total (3)
Recreativas/culturais	0	0	2	5	0	2	0	0	4	0	3	3
Desportivas	5	0	4	2	0	2	0	3	1	0	2	2
Religiosas/Sol.Social	0	3	1	0	2	1	0	7	4	0	0	3
Re/C/Des/Rel/SS(1)	5	3	5	5	4	4	0	3	14	17	14	13
Académicas	0	3	7	2	2	4	0	3	9	0	3	7
Cívico-políticas	0	14	1	0	10	5	0	20	5	17	8	8
Académicas/C.pol.	0	17	1	2	10	6	25	13	1	17	15	7
Ac/CP/Re/De/SS(1)	5	17	12	2	26	13	0	30	11	17	29	18
Outras	5	0	1	5	6	3	0	0	3	0	3	3
Nenhumas	80	43	66	77	40	60	75	20	48	33	22	38
Total(2)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	20	35	85	44	50	234	4	30	140	6	59	239
Organizações cívicas	VI Legislatura 1991-95					VII Legislatura 1995-99						
	CDS	CDU	PSD	PS	Total(3)	PP	CDU	PSD	PS	Total(3)		
Recreativas/culturais	20	0	4	3	3	0	0	4	2	2		
Desportivas	0	0	3	3	3	0	0	6	3	4		
Religiosas/Sol.Social	0	0	2	3	2	13	0	4	2	3		
Rec/C/Des/Rel/SS	20	0	13	10	11	7	7	16	5	10		
Académicas	0	6	10	4	7	7	7	8	4	6		
Cívico-Políticas	0	18	2	13	7	0	0	1	5	3		
Académicas/C.Pol.	20	24	1	11	6	0	29	0	0	2		
Ac/CP/Re/De/Ss(1)	20	24	13	22	17	0	7	11	13	11		
Outras	0	0	0	4	1	0	0	4	5	4		
Nenhumas	20	29	52	28	42	73	50	47	62	56		
Total(2)	100		100	100	100	100	100	100	100	100		
n	5	17	135	72	230	15	14	85	110	224		

Fontes: Assembleia da República, *Biografias dos Deputados*, Divisão de Edições, 1990 e 1993 (87-91 e 91-95); Fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (faltavam 4 fichas, uma do PCP/CDU e três do PPD/PSD) (95-99). APU: PCP e MDP/CDE (85-87); CDU: PCP e MEP/PV (87-91); CDU: PCP e MEP/PV (91-95) e PCP e PEV (91-95).

Notas: (1) inclui "Outras"; (2) devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa; (3) conjunto dos deputados. Em 1991-95, inclui um parlamentar do PSN.

Quadro 16 Deputados com cargos partidários, Assembleia Constituinte (em percentagem)

Cargo partidário	CDS	PCP	PSD	PS	Total(5)
Nacional(1)	31	40	12	34	27
Não nacional(2)	0	3	8	4	5
Outros ou sem cargo(3)	69	57	81	61	68
Total(4)	100	100	100	100	100

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelo *Arquivo Histórico Parlamentar*; Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan, eds. 1989 e 1994.

Notas: (1) inclui todos os cargos em órgãos nacionais dos partidos, incluindo as organizações autónomas (de juventude, de trabalhadores, etc.), exceptuando as assembleias representativas e os congressos; (2) inclui todos os cargos de órgãos de âmbito regional, distrital e local, exceptuando as assembleias representativas; (3) inclui os deputados com cargos em órgãos exceptuados em 1 e 2, assim como os sem qualquer cargo; (4) devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa; (5) conjunto dos deputados. Inclui um deputado da ADIM e cinco do MDP/CDE.

Deputados com cargos nas organizações partidárias

Para o conjunto dos deputados, a variação na percentagem dos que ocupam cargos nas organizações partidárias tem um padrão algo oscilante. Contudo, verifica-se que, ao longo do período, há um aumento do peso relativo dos parlamentares que ocupam ou ocuparam cargos nos partidos, de 32% para 49%.

O peso dos deputados que ocupam/ocuparam cargos em patamares nacionais das organizações partidárias tem clara preponderância sobre os que detêm tais responsabilidades a um nível infranacional.

Em termos da expressão ao nível de cada um dos partidos, na Assembleia Constituinte, regista-se que é na esquerda que há maior peso dos deputados com cargos nas organizações partidárias. Situação explicável por uma menor institucionalização dos grupos políticos de direita. Contudo, daí em diante, o padrão de evolução é de tal modo irregular, que não se nos afigura existir qualquer diferenciação partidária.

Quanto ao peso relativo, em cada grupo parlamentar, dos deputados com cargos de nível nacional, face aos dirigentes regionais e locais, verifica-se que, regra geral, estes têm maior expressão nas formações políticas de direita,⁵⁰ sobretudo no PSD. Este padrão não se conforma totalmente aos centristas, pois nas três últimas Legislaturas não têm quaisquer dirigentes locais. Contudo, o “comportamento desviante” do CDS poderá ser explicável por dois factores fundamentais: em primeiro lugar, na V e VI Legislaturas, a enorme contracção do grupo parlamentar, que se traduziu na eleição de apenas algumas das figuras mais proeminentes do partido; em segundo lugar, na VII Legislatura, em resultado da renovação do pessoal dirigente nacional (CDS/PP) podemos estar a assistir a idêntico processo a nível local, levando ao afastamento das antigas elites locais. No seio da esquerda, verifica-se que os socialistas têm maior peso de dirigentes locais que os comunistas (excepto na V e VI Legislaturas).

Quadro 17 Deputados com cargos partidários, I à VI Legislaturas (em percentagem)

Cargo partidário	I Legislatura					II Legislatura					
	CDS	PCP	PSD	PS	Total(3)	CDS	PCP	PSD	PS	Total(3)	
Executivo nacional	12,8	8,3	5,8	5,5	8,7	10,6	13,8	9,9	14,0	14,3	
Representativo nacional	8,5	23,8	14,5	25,5	18,3	22,3	29,3	24,8	43,0	28,4	
Não nacional(1)	11,7	1,2	12,8	2,4	7,1	12,8		23,2	3,5	11,0	
Funcionário partidário	—	1,2	—	—	0,2	1,1		—	—	0,3	
Total(2)	33,0	34,5	33,1	33,4	34,4	46,8	43,1	57,9	60,5	54,0	
Cargo partidário	III Legislatura					IV Legislatura					
	CDS	PCP	PSD	PS	Total(3)	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total(3)
Executivo nacional	6,0	15,7	3,6	13,4	11,0	12,2	17,1	6,9	—	23,9	10,9
Representativo nacional	10,7	25,5	21,8	20,1	19,2	12,2	26,8	17,2	26,6	26,8	21,9
Não nacional(1)	15,5	—	18,2	6,0	10,2	17,1	—	21,5	12,5	2,8	12,4
Funcionário partidário	—	2,0	—	—	0,2	—	2,4	—	—	—	0,3
Total(2)	32,2	43,2	43,6	39,5	40,6	41,5	46,3	45,6	39,1	53,5	45,6
Cargo partidário	V Legislatura						VI Legislatura				
	CDS	CDU	PSD	PRD	PS	Total(8)	CDS	CDU	PSD	PS	Total(8)
Nacional(4)	50	33	34	50	63	42	40	71	30	57	42
Não nacional(5)	0	20	18	0	5	14	0	6	31	6	20
Outros ou sem cargo(6)	50	47	48	50	32	44	60	24	39	38	38
Total(7)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n	4	30	140	6	59	239	5	17	135	72	230

Fonte: Cruz, Manuel Braga da. "Sobre o parlamento português: partidização parlamentar e parlamentarização partidária", *Análise Social*, n.º 100, Lisboa, 1988 (I à IV Legislaturas); Assembleia da República, *Biografias dos Deputados*, Divisão de Edições, 1990 e 1993 (V e VI Legislaturas); Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa. Reproscan, eds. 1989 e 1994 (V e VI Legislaturas). CDU: PCP e MEP/PV, na V Legislatura; PCP e PEV, na VI Legislatura.

Notas: (1) só inclui "Dirigente distrital" e "Dirigente de estruturas não locais"; (2) devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa. Da I à IV Legislaturas, dada a utilização de dados secundários, não podemos especificar N. Células em branco/traço, conforme original; (3) conjunto dos deputados. Inclui MDP/CDE e UDP, na I Legislatura, e MDP/CDE, ASDI, UEDS e PPM, na II Legislatura. Inclui MDP/CDE, Verdes, ASDI e UEDS, na III Legislatura, e apenas MDP/CDE, na IV Legislatura; (4) inclui todos os cargos em órgãos nacionais dos partidos, incluindo as organizações autónomas (de juventude, de trabalhadores, etc.), exceptuando as assembleias representativas e os congressos; (5) inclui todos os cargos de órgãos de âmbito regional, distrital e local, exceptuando as assembleias representativas; (6) inclui os deputados com cargos em órgãos exceptuados em 1 e 2, assim como os sem qualquer cargo; (7) devido a arredondamentos por vezes os totais não dão conta certa; (8) conjunto dos deputados. Na VI Legislatura, inclui um deputado do PSN.

Quadro 18 Deputados com cargos partidários, VII Legislatura (em percentagem)

Cargo partidário	CDS	CDU	PSD	PS	Total(4)
Nacional(1)	60	64	27	39	37
Não nacional(2)	0	0	9	17	12
Outros ou sem cargo(3)	40	36	64	44	51
Total	100	100	100	100	100
n	15	14	85	109	223

Fontes: fichas dos deputados fornecidas pelos *Serviços de Apoio ao Plenário* (faltavam 4 fichas, uma do PCP/CDU e três do PPD/PSD); Azevedo, Cândido, *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Re-proscan, eds. 1989 e 1994. CDU: PCP e PEV.

Notas: (1) inclui todos os cargos em órgãos nacionais dos partidos, incluindo as organizações autónomas (de juventude, de trabalhadores, etc.), exceptuando as assembleias representativas e os congressos; (2) inclui todos os cargos de órgãos de âmbito regional, distrital e local, exceptuando as assembleias representativas; (3) inclui os deputados com cargos em órgãos exceptuados em 1 e 2, assim como os sem qualquer cargo; (4) conjunto dos deputados.

Portanto, verifica-se que, para os vários partidos, há um relevo crescente da passagem pelas respectivas estruturas dirigentes, enquanto critério de recrutamento dos parlamentares. A socialização nas estruturas partidárias, nomeadamente através do exercício de cargos directivos, é cada vez mais elemento importante no acesso à carreira parlamentar.

As únicas dissemelhanças assinaladas,⁵¹ são quanto ao recrutamento diferencial de deputados com cargos em órgãos regionais e locais. Os parlamentares de direita têm uma maior implantação ao nível do tecido partidário regional e local, ao contrário dos deputados de esquerda, onde o centralismo partidário nacional tem, nitidamente, maior preponderância. Este facto só se torna compreensível se considerarmos a hipótese de o funcionamento organizacional, no seio dos partidos de esquerda, registar uma maior tendência para o centralismo.

Conclusões

Procurámos aferir da existência de diferenciações partidárias, quanto aos critérios de recrutamento dos deputados, analisando as características sociodemográficas e sociopolíticas dos eleitos enquadrados nos diferentes grupos parlamentares.

Em termos de sexo, constatou-se uma forte sub-representação das mulheres, extensível a todos os partidos, embora menos acentuada nos comunistas e coligações por eles lideradas. A renovação do CDS, com a passagem a CDS/PP, veio nesta matéria, tal como noutras, produzir uma grande reviravolta: a percentagem de eleitas foi idêntica à do partido mais à esquerda no espectro ideológico. Neste caso, poderemos estar perante uma apropriação recente da causa da promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, usualmente mais conotada com a esquerda e praticada pelo PCP e aliados, e/ou

perante uma mera escolha de personalidades mediáticas (por acaso mulheres?...) para concorrerem às eleições.

Quanto à idade, a média para o conjunto dos parlamentares tem vindo a crescer ao longo do período, no qual os pequenos partidos foram tendo, regra geral, valores mais elevados. O PSD revelou-se sempre o partido mais jovem, salvo na actual Legislatura, período em que foi largamente ultrapassado pelo CDS/PP. Até então o maior envelhecimento progressivo dos pequenos partidos seria explicável pela respectiva dimensão, menos flexível para grandes renovações, e por uma certa manutenção da elite dirigente do partido. A alteração da estrutura dirigente do CDS,⁵² a par do crescimento da dimensão da respectiva bancada, explica a grande reviravolta na VII Legislatura. Note-se que os comunistas têm, também, registado algum rejuvenescimento a partir de 1987-91, tendência essa igualmente reportável à renovação da elite dirigente do partido.

Quanto ao nível de instrução, verificou-se que o volume de recursos é diferente à esquerda (menor) e à direita (maior), traduzindo, no campo político parlamentar, algumas das oposições que é possível encontrar no espaço social. A clivagem mais pronunciada é entre as duas formações políticas mais próximas de cada um dos extremos do espectro ideológico. PS e PSD estão muito próximos nesta matéria, a não ser quando o segundo perde a contenda eleitoral — e o PS a vence — ou não alcança uma maioria confortável na Assembleia, períodos nos quais os socialistas evidenciam maior recrutamento de deputados com menos capital escolar.

A diferenciação entre esquerda e direita prossegue quanto às áreas de estudos universitários que os parlamentares cursaram. O Direito é mais relevante à direita, enquanto as Letras são-no no bloco ideológico oposto, apesar de o primeiro curso ter um peso bastante elevado em todos os partidos. Donde, no seio de indivíduos com um volume de capital escolar idêntico (no mínimo frequência universitária), a esquerda tem, globalmente, uma posição relativa hierarquicamente inferior, dada a menor potencialidade de rentabilização económica dos cursos de Letras.

Registou-se, igualmente, alguma diversidade na origem socioprofissional dos deputados, consoante a respectiva filiação partidária.

O volume mais baixo de recursos dos parlamentares pertencia ao PCP e aliados, através de um forte recrutamento de trabalhadores da indústria e agricultura. Contudo, a importância relativa desse grupo foi registando um progressivo declínio, até desaparecer completamente (ou quase)⁵³ na actual Legislatura.

Em termos de volume intermédio de recursos a esquerda tem, regra geral, maior preponderância de deputados com estas características, traduzida através do maior recrutamento de técnicos intermédios e empregados. Contudo, a partir da IV Legislatura o percurso dos comunistas é muito irregular, tal como tinha sido, até aí, o dos socialistas face aos sociais democratas. Até à III Legislatura, inclusive, a subida percentual dos parlamentares com esta origem socioprofissional estava, no PS tal como no PSD, estreitamente ligada a um resultado eleitoral favorável. A partir dessa Legislatura, os socialistas mantêm sempre a dianteira.

A estrutura do capital, avaliada em termos dos recursos diferenciais dos parlamentares cuja origem socioprofissional é, grosso modo, o grupo dos “quadros superiores”, é também algo diversa à esquerda e à direita.

Em geral, verificou-se uma maior proximidade relativa dos socialistas aos grupos profissionais mais “ricos” em capital cultural (docentes e autores/jornalistas), enquanto que a direita está mais próxima dos economicamente mais favorecidos (advogados/juristas, gestores/empresários e dirigentes de empresas). Os comunistas têm, no primeiro caso (docentes), uma posição demasiado irregular para se poder inferir um padrão regular, sobretudo a partir da IV Legislatura em diante, pois até aí tinham uma posição intermédia entre o PS e o PSD. No caso dos grupos socioprofissionais mais próximos do pólo económico, a sua menor representação no seio do PCP e aliados é ainda maior do que nos socialistas, embora no caso dos advogados/juristas este grupo político se tenha vindo a aproximar, ultrapassando-os, dos partidos socialista (VI e VII Legislaturas) e social-democrata (VII Legislatura).

Em termos do capital social mobilizado pelos parlamentares, registou-se que a esquerda recruta mais sindicalistas e a direita mais elementos das associações patronais. Entre os partidos mais próximos dos extremos ideológicos, essa clivagem é total. Quanto ao PS e PSD, a grande diferença reside no recrutamento de parlamentares que detêm ou detiveram cargos em associações patronais: estão completamente ausentes no seio dos socialistas, salvo na VI e VII Legislaturas e, mesmo nessas, os sociais democratas têm sempre a dianteira. Já quanto aos sindicalistas as diferenças são mínimas, embora o PS, salvo na actual Legislatura, recrute sempre maior percentagem de deputados com estas características. Este diverso padrão de recrutamento de deputados remete para implantações diferenciadas dos partidos em termos da oposição “capital-trabalho”.

A participação em organizações cívicas verificou-se ser mais elevada à esquerda, assim como aqui se regista um maior pendor para participar em associações de tipo cívico-político. Como factores desta diferenciação, para além de a participação cívica de oposição ao Estado Novo ter sido maior à esquerda, aventou-se a hipótese explicativa de que as ideologias de esquerda implicariam uma maior participação cívica e que, dado o seu carácter englobante, essa participação teria um maior cariz politizante. No PSD, as instituições de cariz académico têm a sua maior expressão, reflectindo a maior “juventude” do seu grupo parlamentar no conjunto da série temporal analisada.

A passagem pelas organizações político-partidárias, em termos do exercício de cargos directivos, vem sendo, cada vez mais, um factor importante no recrutamento dos parlamentares de todos os partidos, ou seja, não funcionando este tipo de capital político como elemento de diferenciação.⁵⁴ Por outro lado, em todos os partidos, os cargos em patamares nacionais claramente predominam sobre os níveis infranacionais. Porém, existe alguma diferenciação traduzida no destaque que têm, sobretudo no PSD, os dirigentes de carácter regional e local. Nesta matéria, os sociais-democratas relevam da organização partidária mais descentralizada em termos do acesso à carreira parlamentar. O CDS, não fosse a total ausência de dirigentes não nacionais nas três últimas Legislaturas, registaria idêntico padrão. Assim, dado que esta maior representação dos dirigentes locais-distritais, concelhios, etc., atravessa os dois partidos de direita — embora com a excepção referida para o CDS — e não inclui o PS, a dimensão do grupo parlamen-

tar não poderá funcionar como elemento explicativo da diferenciação. Consequentemente, temos de aceitar a hipótese explicativa de o funcionamento organizacional dos partidos de esquerda registar uma maior tendência para o centralismo.

No que se refere à experiência política dos deputados, medida pelos cargos políticos⁵⁵ anteriormente desempenhados, verificou-se que cada vez mais a profissionalização é factor importante no recrutamento dos deputados de todos os partidos. As diferenciações existentes têm a ver, quer com os níveis de poder em que os diferentes partidos participaram quer com os respectivos resultados eleitorais. A renovação do pessoal dirigente no CDS/PP revelou-se, também, um elemento importante nesta matéria, traduzindo-se num forte recrutamento de políticos “inexperientes”.⁵⁶

Existe, portanto, alguma diferenciação em termos do volume e estrutura dos recursos (escolares, profissionais) dos parlamentares dos vários partidos, embora nem sempre muito marcada e, por vezes, tendendo a esbater-se. Critérios de recrutamento partidariamente diferenciados fazem-se igualmente sentir em termos do capital social (cargos em organizações de interesses e participação em associações cívicas) e político (cargos partidários e políticos) mobilizado pelos parlamentares.

Essa diversidade demonstra que as forças políticas e as respectivas elites parlamentares mantêm algumas implantações *preferenciais* no espaço social, nalguns casos mais evidentes que noutros. Facto esse que remete para uma diversa ancoragem social das forças políticas, consoante a respectiva posição no espectro ideológico.

Contudo, essas propensões não podem ser interpretadas de uma forma linear. Sobretudo, deve ter-se em conta que os exclusivismos na ligação a determinados grupos ou organizações sociais são a excepção e não a regra. O traço fundamental é em termos de maiores ou menores probabilidades e tendências relativas, na ligação a determinados grupos ou organizações face a outros. Aliás, muitas vezes as diferenças são bastante reduzidas, ainda que sistemáticas. Noutros casos, as diferenças assumem maior relevo, mas não têm um carácter totalmente regular.

O carácter não totalmente regular e/ou pouco marcado de algumas dessas diferenças, assim como alguma aproximação de posições que se tem vindo a verificar, nomeadamente por parte do PCP e aliados face aos outros partidos, remete para uma crescente autonomização do campo político-parlamentar.

Notas

- 1 Este trabalho foi realizado para o Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral/Ministério da Administração Interna (STAPE/MAI). Ver Freire, André, *Lógicas de Recrutamento Político — Caracterização Sociopolítica dos Parlamentares Eleitos entre a Constituinte de 1975 e as Legislativas de 1995*, Lisboa, STAPE/MAI, 1997 (edição gratuita). Não foi possível obter, em tempo útil, as fichas biográficas referentes às I, II e III Legislaturas, pelo que, nesses casos, teve

- de recorrer-se a fontes secundárias. Daí resultaram *algumas limitações, em termos de cobertura do período 1975-1995 e de comparabilidade dos dados*. Essa não cobertura incidiu nas Legislaturas I, II e III, abrangendo as variáveis “Áreas de estudos universitários” e “Participação em organizações cívicas”. Os problemas de comparabilidade abrangem as mesmas Legislaturas e são *sobretudo* notórios nos itens “Níveis de instrução”, “Profissões anteriores” e “Cargos em organizações de interesses”. Sobre as várias Legislaturas analisadas, as fontes e as respectivas implicações quanto ao(s) universo(s) de parlamentares efectivamente estudados, as designações das formações políticas e os procedimentos de classificação e codificação dos dados, deve consultar-se o Anexo Metodológico da obra citada.
- 2 Ver, por exemplo, Beyme, Klaus von, “The level of the political power system”, in *Political Parties in Western Democracies*, Aldershot/Hants, Gower Publishing Company, 1985, pp. 311-359; Birnbaum, Pierre, “De la fusion à la dissociation des pouvoirs”, “La IV République ou la dissociation renforcée des pouvoirs politico-administratifs — Les parlementaires et leur devenir professionnel”, “La professionnalisation croissante du personnel parlementaire”, in *Les Sommets de l’État — Essai sur l’Élite du Pouvoir en France*, Paris, Éditions du Seuil, s. d., pp. 27-47, 48-57, 69-75; Bottomore, Tom, *As Elites e a Sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974; Bourdieu, Pierre, “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”, in *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 163-208; Busino, Giovanni, *Elites e Elitismo*, Porto, Rés Editora, s. d.; Costa e Sousa, Vinício Alves da, *Caracterização da Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Instituto Damião de Góis, 1984, (policopiado); Cruz, Manuel Braga da, “Sobre o Parlamento português: partidização parlamentar e parlamentarização partidária”, *Análise Social*, n.º 100, Lisboa, ICS, 1988, pp. 97-126 e “Parlamento, partidos e governo — acerca da institucionalização política”, “Sobre o parlamento português: partidização parlamentar e parlamentarização partidária”, in *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand, 1995, pp. 151-174 e 175-220; Gaxie, Daniel, “Les logiques du recrutement politique”, *Revue Française de Science Politique*, vol. 30, n.º 1, février 1980, pp. 5-44; Huntington, Samuel P., “Orden político y decadencia política”, “Modernización política: America y Europa”, “Los partidos y la estabilidad política”, in *El Orden Político en las Sociedades en Cambio*, Buenos Aires, Editorial Paidós, s. d. (1.ª ed. 1968), pp. 13-38, 93-130, 349-379; Morán, Maria Luz, “Un intento de análisis de la ‘clase parlamentaria’ española: elementos de renovación y de permanencia (1977-1986)”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 45, Enero-Marzo de 1989, pp. 61-84; Opello Jr., Walter C., “O Parlamento português: análise organizacional da actividade legislativa”, *Análise Social*, n.º 100, Lisboa, ICS, 1988, pp. 127-150; Opello Jr., Walter C. e Lorrie A. Clemo, “Organização e funcionamento do Congresso dos Estados Unidos”, *Legislação*, n.º 6, Janeiro/Março, INA, 1993, pp. 45-76; Ysmal, Collete, “Elites et leaders”, in Grawitz, Madeleine e Jean Leca, *Traité de Science Politique — L’Action Politique*, Vol. 3, Paris, PUF, 1985, pp. 603-642.
- 3 Ver, para o caso português, Cruz, Manuel Braga da, “Sobre o Parlamento português.... in *ops. cit.*”; Opello Jr., Walter C., “O Parlamento português... in *op. cit.*; para o caso de instituições políticas de outros países, ver Huntington, Samuel

- P., *op. cit.*; Morán, Maria Luz, *op. cit.*; Opello Jr., Walter C. e Lorrie A. Clemo, "Organização e funcionamento do Congresso dos Estados Unidos" in *op. cit.*
- 4 Cruz, Manuel Braga da, "Sobre o Parlamento...", *Análise Social*, 100, pp. 97-98.
- 5 *Idem*, pp. 105-112 e 125.
- 6 *Idem*, pp. 112-125.
- 7 Sobre esta problemática, ver Birnbaum, Pierre, *op. cit.*; Bottomore, Tom, *op. cit.*; Busino, Giovanni, *op. cit.*; Costa e Sousa, Vinício Alves da, *op. cit.*; Ysmal, Collete, *op. cit.*, 603-642.
- 8 Mosca, Gaetano, "A classe política", Pareto, Vilfredo, "Os resíduos", "Circulação das elites", "Forma geral da sociedade", Michels, Roberto, "A base conservadora da organização", "A demografia e a lei férrea da oligarquia", in Cruz, Manuel Braga da, *Teorias Sociológicas — Os fundadores e os clássicos*, Lisboa, FCG, 1989, pp. 405-422, 433-438, 449-464, 479-498.
- 9 Ysmal, Collete, *op. cit.*, p. 604.
- 10 *Idem, ibidem*, p. 605.
- 11 Costa e Sousa, Vinício Alves da, *op. cit.*
- 12 *Idem*, (Conclusões), numeração das páginas ilegível.
- 13 *Idem, ibidem*.
- 14 *Idem, ibidem*.
- 15 Ysmal, Collete, *op. cit.*, p. 608.
- 16 Ver Gaxie, Daniel, *op. cit.*, pp. 5-44.
- 17 Ver Bourdieu, Pierre, *La distinction...*, Paris, Minuit, 1979 e Bourdieu, Pierre, "A representação política..." in *op. cit.*, pp. 163-208.
- 18 Bourdieu, Pierre, "A representação política..." p. 163.
- 19 *Idem*, p. 164. Itálico nosso.
- 20 *Idem*, p. 177.
- 21 Ver Bourdieu, Pierre, *La distinction...*
- 22 Um terceiro factor é a evolução no tempo quanto ao volume e estrutura do capital possuído pelos actores.
- 23 *Idem*.
- 24 Gaxie, Daniel, *op. cit.* .
- 25 Bourdieu, Pierre, "A representação política..." p. 190.
- 26 Ver Freire, André, *op. cit.* .
- 27 Ver Cruz, Manuel Braga da, "Sobre o Parlamento...", *Análise Social*, 100, pp. 112-115.
- 28 Ver Lima, José António, "Carvalhas envolvido na teia de Cunhal", *Expresso*, 14/12/1996.
- 29 Os que frequentaram sem concluir, quaisquer desses níveis escolares pós-licenciatura, representam 1%, do total de deputados, na Constituinte, 0,8%, 2,4%, 1,6% e 1,6%, respectivamente para a IV, V, VI e VII Legislaturas.
- 30 E relativizados, dado o fraco efectivo absoluto de deputados.
- 31 Mais uma vez, o facto de o partido participar ou não no governo será o elemento determinante desta diferença.
- 32 Referimo-nos à principal profissão anterior. Sobre os critérios utilizados, ver Freire, André, *op. cit.* (Anexo Metodológico).

- 33 Ver Freire, André, *op. cit.*
- 34 Na VII Legislatura, não nos foi fornecida a ficha referente a um dos parlamentares da CDU, podendo dar-se o caso de esse deputado ter como profissão principal uma que se enquadre neste conjunto dos *Trabalhadores da Indústria*. Aliás, pensamos ser esse o caso, pois presumimos tratar-se do deputado Jerónimo de Sousa. A verificar-se essa situação, há que referir que, apesar de não se poder falar em total desaparecimento, a tendência de declínio manter-se-ia, mesmo face à Legislatura imediatamente anterior.
- 35 O CDS praticamente nunca tem no seu grupo parlamentar qualquer operário, salvo na II Legislatura (1980-83). No PSD e PS, este grupo profissional tem um peso muito diminuto, igual nas duas formações políticas para o caso da Constituinte, e, depois, enquanto ainda vai estando representado, o seu peso é sempre maior no partido socialista, desaparecendo completamente a partir de 1979-80 (PSD) e de 1985-87 (PS). Registe-se que o decréscimo da dimensão “obreirista” do grupo comunista adquire uma relevância acrescida com a renovação do pessoal dirigente que se processa a partir do XII Congresso do PCP. Essa tendência mais acentuada é, também, concomitante com a contracção da dimensão do grupo parlamentar comunista, a partir da V Legislatura, facto que pode ter contribuído para arredar os indivíduos com aquelas características. Esses processos parecem não ter afectado de forma tão clara a evolução do peso dos Dirigentes/Funcionários Partidários, que constituem um traço praticamente exclusivo do PC e aliados (salvo na Constituinte), pois se decresce o seu relevo, no grupo parlamentar, essa evolução é irregular e eles não desaparecem totalmente, na actual Legislatura. Para além disso, a descida que se regista, da IV para a VII Legislatura, fixa o respectivo peso em valores percentuais muito idênticos e até um pouco maiores face aos encontrados entre 1976-79 e 1983-85.
- 36 Cresce o seu peso quando o partido vence a contenda eleitoral.
- 37 Mais uma vez, estes dados têm de ser fortemente relativizados, dado o reduzido número absoluto de deputados do CDS (1987 a 1995, exclusive).
- 38 Os quantitativos, absolutos e relativos, destes grupos profissionais são extremamente reduzidos, embora a tendência seja consistente ao longo da série analisada, facto que nos leva a assinalar a referida diferenciação.
- 39 Aliás, a recolha e tratamento dos dados foi efectuada antes da saída de P. Portas — que estava classificado como dirigente empresarial — e outros (jornalistas e não só) da bancada parlamentar, no Verão de 1996.
- 40 As discrepâncias de valores, sobretudo tendo em conta que as percentagens são idênticas na Constituinte e na IV Legislatura, só são compreensíveis se considerarmos a hipótese de o autor ter adoptado uma classificação mais restritiva do que a nossa. Donde, poder-se-á concluir que os dados não são totalmente comparáveis, a não ser, no máximo, em termos de tendência evolutiva.
- 41 A não conformidade com este padrão apenas se regista na IV Legislatura, em que os socialistas estão à frente dos comunistas, e na actual Legislatura, em que os sociais-democratas têm maior peso relativo, dos deputados nestas condições, face aos socialistas. Deve, contudo, sublinhar-se que as posições dos dois partidos situados no centro do espectro ideológico não são, nesta matéria, muito distantes.

- 42 Ver Rodrigues, Nascimento, “Os acordos de concertação social”, in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS, 1996, pp. 499-510
- 43 O que não quer dizer que este fenómeno não se tenha registado noutras áreas.
- 44 Quanto a este resultado, ele deve ser interpretado com cuidado, tendo em conta o reduzidíssimo efectivo absoluto de deputados do CDS.
- 45 Recreativas/Culturais, Desportivas, Religiosas/Solidariedade Social e Recreativas/Culturais/Desportivas/Religiosas/Solidariedade Social.
- 46 Na Constituinte.
- 47 Na IV Legislatura e seguintes.
- 48 Académica, Cívico-Política, Académica/Cívico-Política e Académica/Cívico-Política, Recreativa/Cultural/Desportiva/Religiosa/Solidariedade Social.
- 49 Salvo em 1991-95, em que o CDS surge à frente do PSD, nesta matéria.
- 50 Exceptuando os comunistas e aliados, em 1987-91, e os socialistas em 1995-99.
- 51 Excluindo a Assembleia Constituinte.
- 52 Passagem a CDS/PP, sob a direcção de Manuel Monteiro.
- 53 Ver nota 34.
- 54 Salvo na Assembleia Constituinte, período no qual os deputados com cargos partidários tinham maior peso na esquerda, quiçá fruto de uma menor institucionalização dos partidos de direita.
- 55 No executivo nacional, no parlamento e nos vários órgãos autárquicos — regionais e locais.
- 56 Ver Freire, André, *op. cit.*, pp. 45-47.